



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**FACULDADE DE LETRAS**

A(S) LÍNGUA(S) ITALIANA(S):

Da língua “standard” às línguas regionais

Felipe Veras Andrade

Rio de Janeiro

2020

FELIPE VERAS ANDRADE

A(S) LÍNGUA(S) ITALIANA(S)

Da língua “standard” às línguas regionais

Monografia submetida à Faculdade de Letras da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharelado em Letras na habilitação  
Português/ Italiano

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Annita Gullo

RIO DE JANEIRO

2020

## CIP - Catalogação na Publicação

V476( Veras Andrade, Felipe  
(A)s língua(s) italiana(s): da língua "standard" às  
línguas regionais / Felipe Veras Andrade. -- Rio de  
Janeiro, 2020.  
34 f.

Orientadora: Annita Gullo.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
de Letras, Bacharel em Letras: Português -  
Italiano, 2020.

1. Língua Italiana. 2. Dialetos. 3. Italiano  
regional. I. Gullo, Annita, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu marido, Caio, por todo o amor e apoio que me deu não somente durante a redação desta monografia, mas nesses anos todos em que estamos juntos. Você merece toda a minha gratidão, hoje e sempre. Não poderia deixar de agradecer também ao nosso gatinho, Guido, que me fez companhia enquanto redigia cada uma dessas páginas, com seu ronronar e suas constantes demonstrações de carinho.

À minha mãe Franciana, aos meus irmãos Priscila, Mariana, Salvatore, Paolina e Francesco, ao meu pai Edson e aos meus avós Maria e Moisés: obrigado por estarem sempre presentes e por todo o suporte.

Muito obrigado a todo corpo docente, seja da própria UERJ, onde dei início ao meu percurso acadêmico, que da UFRJ, onde dei continuidade, por ter despertado em mim a paixão pela língua e cultura italianas, que foi um dos impulsos que me fizeram chegar até aqui.

Um obrigado especial à minha orientadora, Annita Gullo, por ter sido meu *Virgilio* não só nesta monografia, mas também durante a graduação. Terminei o curso um profissional melhor também graças a você.

## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	6
2 –DO LATIM AO VULGAR FLORENTINO .....	7
3 – A LÍNGUA ITALIANA E OS DIALETOS NO MOMENTO DA UNIFICAÇÃO NACIONAL.....	10
4 – A UNIFICAÇÃO ITALIANA NO SÉCULO XIX E SEUS EFEITOS.....	15
4.1 – A italianização dos dialetos.....	22
5 – OS ITALIANOS REGIONAIS.....	23
5.1 – A variedade regional setentrional.....	25
5.2 – A variedade regional central toscana.....	26
5.3 – A variedade regional central romana.....	27
5.4 – A variedade regional meridional.....	28
5.5 – A variedade regional sarda.....	30
6 – CONCLUSÃO.....	31
7 – REFERÊNCIAS.....	33

## 1 – INTRODUÇÃO

É comum dizer que num país fala-se uma mesma língua, porém, aprofundando os estudos, vê-se que a realidade linguística é outra. Ao percorrermos a Itália do Norte ao Sul, deparamo-nos com diferentes formas de falar, de pronúncia, de entonação, de estruturas gramaticais e léxicas um tanto diversas da considerada língua nacional, o italiano *standard*. Não só de uma região ou de uma província à outra, mas até de uma pequena cidade a uma vizinha: são os chamados italianos regionais, objeto de estudo desta monografia.

A presente monografia tem como objetivo discorrer sobre os movimentos histórico-sociais que proporcionaram o nascimento da língua italiana e como os demais idiomas da península itálica a transformaram no decorrer dos anos, contribuindo para o surgimento das variedades regionais. A metodologia do trabalho se baseia na reflexão histórico-linguística e no levantamento, realizado através da obra de De Mauro (1970), Rüegg (1956/2016) e da enciclopédia *Treccani*, de características dos italianos regionais.

Como fonte histórica sobre o *Risorgimento* – movimento cultural, político e social que promoveu a unificação italiana no século XIX –, utilizamo-nos da obra *Storia d'Italia* (1997), de Denis Mark Smith; como fontes de História e descrição linguísticas, os autores mais usados foram Bruno Migliorini, com *Storia della lingua italiana* (1970), Dardano e Trifone, com *Grammatica italiana con nozioni di linguistica* (1995), Gaetano Berruto, com *Sociolinguistica dell'italiano contemporaneo* (2012) e, por fim, Tullio de Mauro, com *Storia linguistica dell'Italia unita* (1970).

A presente monografia é composta de cinco capítulos, no capítulo sucessivo à introdução, discute-se sobre os fatos históricos que levaram ao nascimento e difusão das línguas vulgares na Europa; no terceiro capítulo, procuraremos nortear o leitor sobre a situação linguística italiana à época da unificação nacional no século XIX; no quarto, demonstraremos como fatos ocorridos após a unificação do território italiano estimularam a difusão do florentino como língua nacional; no quinto, esboçaremos sobre a *italianização dos dialetos*, fenômeno linguístico que favoreceu o nascimento das variedades nacionais e, finalmente, no quinto e último capítulo, caracterizaremos os conceitos de italiano *standard*, italiano *neo-standard* e italiano regional, com subcapítulos centrados em cada uma das variedades e em algumas de suas características distintivas.

## 2 – DO LATIM AO VULGAR FLORENTINO

O latim foi a língua oficial do Império Romano, até o momento em que a sua autoridade político-administrativa se manteve estável. Porém, com as invasões germânicas, que se deram entre os séculos IV e V, a força da língua latina foi se dissipando, pouco a pouco. Nos séculos seguintes, o latim desapareceu de algumas regiões, mas em outras, ao contrário, sobretudo na Península Ibérica, França, parte dos atuais Bélgica e Luxemburgo, Península Itálica e Romênia, desenvolveram-se línguas derivadas do latim falado, chamadas comumente de línguas vulgares, entre as quais, estão, grosso modo, o português, o espanhol, o catalão, o provençal, o franco-provençal, o francês, o ladino, o sardo, o dalmático (hoje extinto), o romeno e, por fim, o italiano.

Até em torno do século IX, o latim manteve o seu primado cultural na escrita, quando começam a brotar na Europa os primeiros textos redigidos em vulgar (MIGLIORINI, 1936). O primeiro documento de que se tem conhecimento, na Itália, trata-se de um exemplo de uso consciente de um registro diferente do latim escrito, é o *Indovinello Veronese* e remonta ao fim do século VIII ou aos primeiros anos do século IX (DARDANO e TRIFONE, 1995). O enigma, escrito em uma língua mista entre o latim e o vulgar vêneto, alude a uma metáfora antiga, comparando o ato de escrever ao de arar.

*Se pareba boves, alba pratalia araba,*

*albo versorio teneba et negro sêmen seminaba.<sup>1</sup>*

Um outro documento, batizado por Dardano e Trifone (1995) de certidão de nascimento da língua italiana, é o *Placito di Capua*, e trata-se do juramento de três testemunhas perante um juiz, que se utilizam de uma língua notavelmente diferente do latim.

*Sao ko kelle terre, per kelle fini que ki contene,*

*trenta anni le possette parte Sancti Benedicti<sup>2</sup>*

1 DARDANO, M. e TRIFONE, P. *Grammatica italiana - con nozioni di linguistica*. Bologna: Zanichelli, 1998. p. 71.

2 DARDANO, M. e TRIFONE, P. *Grammatica italiana - con nozioni di linguistica*. Bologna: Zanichelli, 1998. p. 72.

Os autos do processo, que se encontram na Abadia de Montecassino, foram todos redigidos em língua latina, com exceção da frase supracitada. É o primeiro documento que atesta uma clara contraposição entre o latim e o vulgar, provavelmente pela necessidade de transcrever fielmente as palavras da testemunha.

Porém, apesar da atestada existência de tais documentos, o uso do vulgar se limitava, sobretudo, à fala, havendo poucos casos – entre os quais, os dois citados – de uso escrito da língua. Tal fato passa a mudar entre os séculos XI e XII, momento em que se afirmam as comunas italianas e emerge uma nova classe social, a burguesia mercantil, que traz consigo uma forte demanda cultural e, pela impossibilidade de seguirem longos estudos em língua latina, têm como intenção utilizar-se do vulgar que, na época, já apresentava uma grande difusão (MONTANELLI, 1966). Logo, o contexto social, político e econômico encontra no vulgar, devido ao seu pragmatismo, uma alternativa ao latim; não por acaso, muitos dos primeiros testemunhos nos quais se atesta o seu uso são documentos, cartas pessoais, livros de contas, etc. O vulgar servia também para aqueles que exerciam profissões burocráticas dentro das comunas, como juristas, notários, técnicos administrativos, etc. Havia, finalmente, um terreno fértil para a codificação de línguas que, por séculos, restringiram-se à oralidade.

Em meados do século XIII, o florentino, dialeto originário de Florença, na Toscana, passa a ganhar prestígio após autores do *Trecento*, tida com a era de ouro da literatura italiana, Dante Alighieri, autor da *Divina Comédia*, Francesco Petrarca, pai do Humanismo e autor da obra lírica *O Cancioneiro* e Giovanni Boccaccio, autor das novelas do *Decamerão*, usarem-no ao escrever suas grandes obras; a cidade dava início ao seu primado literário (MIGLIORINI, 1936).

A difusão do florentino foi ganhando força e passou a ser adotado pelas pessoas cultas da época e até mesmo pelos centros de poder da Península, se deu sobretudo pelo grande sucesso das obras supracitadas: *A Divina Comédia* conta com mais de 600 manuscritos (DARDANO e TRIFONE, 1995), fato que atesta o seu sucesso na época em que foi escrita. A difusão do poema sagrado gera grande admiração e incontáveis imitações; na métrica, propaga-se a terceira rima e, na língua, a influência de Dante é fortíssima (MIGLIORINI, 1936). Quando surgem e se disseminam o Petrarca lírico e o *Decamerão*, de Boccaccio, o público tem a disposição, finalmente, três grandes escritores, diferentes, mas unidos pela paixão pela forma, como modelo estilístico e gramatical. Difunde-se o culto às três coroas e dá-se início ao processo que, no século XIX, com o *Risorgimento*, culminará na unificação linguística.

Em 1455, a introdução da impressão na Europa pelo alemão Johhan Gutenberg<sup>3</sup>, representou uma das maiores contribuições para a unificação linguística e à maior disseminação do florentino, já

---

3 A invenção da prensa móvel é atribuída aos chineses, mas foi Gutenberg que a introduziu na Europa, no século XV.

que a partir daquele momento havia a possibilidade de reproduzir milhares de exemplares de uma mesma obra e como consequência direta atingir um público ainda mais vasto. Tal processo foi basilar, também, para a unificação gráfica, isto é, para a adoção de uma única norma linguística, o que não acontecia com manuscritos, que podiam apresentar diversas variações de grafia de um único vocábulo. A primeira grande obra impressa foi *O Cancioneiro*, de Petrarca, seguido de várias edições de *Decamerão* e de *A Divina Comédia* (DARDANO e TRIFONE, 1995).

Porém, a fama conquistada não permitiu que houvesse uma hegemonia do vulgar. Apesar da difusão do florentino pela inteira península nos mais variados contextos sociais, os demais dialetos da península ainda representavam grande obstáculo para que o idioma de Florença se afirmasse. O conhecimento da língua florentina era sobretudo passivo, isto é, as pessoas eram capazes de compreendê-la, mas não de falá-la. Ademais, no *Quattrocento*, a redescoberta do mundo clássico fez com que os literatos voltassem a se dirigir ao latim como língua literária (MIGLIORINI, 1936).

### 3 – A LÍNGUA ITALIANA E OS DIALETOS NO MOMENTO DA UNIFICAÇÃO NACIONAL

A ideia de que a língua seja sinônimo de nação e que a adesão às suas normas configure um testemunho de nacionalidade já estava presente na tradição cultural italiana antes mesmo do *Risorgimento*, movimento cultural, político e social que promoveu a unificação italiana no século XIX (SMITH, 1997). Tal pensamento se desenvolveu através dos séculos e garantiu que o dialeto florentino do *Trecento* obtivesse o caráter de língua nacional e que, conseqüentemente, se atingisse um único sistema linguístico na inteira península (DE MAURO, 1970). Entretanto, tal feito não foi alcançado de maneira abrupta, mas gradual.

Com o surgimento do Romantismo, no fim do século XVIII, a busca pelo nacionalismo viria a culminar no nascimento de Estados nacionais em toda a Europa. Nesse clima, o italiano foi um poderoso símbolo de unidade nacional. A língua comum, tão ambicionada por literatos, patriotas e políticos, foi capaz de manter viva uma consciência nacional, mas não de fazer surgir qualquer tipo de paixão nacionalística, como ocorreu na Alemanha. Smith (1997), em seu *Storia d'Italia*, define a relação dos italianos com a Itália como a dos povos gregos entre si, ou seja, havia – e ainda há, em parte – um sentimento muito mais *regional* do que *patriótico*.

Alessandro Manzoni, um dos maiores expoentes da literatura italiana, autor de *I Promessi Sposi*, já havia, em 1806, se referido ao italiano, em correspondência com Claude Fauriel, como “língua morta” (MORGANA, 2011), justamente por ser escassamente compartilhada pela população da península. De fato, o italiano era conhecido e efetivamente utilizado por uma parcela ínfima da população, composta, em sua grande maioria, por cultos e literatos. O restante da população era analfabeta e dominava somente o dialeto local da zona onde morava. Segundo Tullio de Mauro (1970), quando a Itália foi unificada, o percentual dos itálofonos – isto é, daqueles que falavam a língua italiana – era de 2,5%, levando em conta aqueles que haviam frequentado a escola pós-primária (menos de 1% da população) e também toscanos e romanos, pela proximidade de seus dialetos locais ao italiano. Já Arrigo Castellani (1982), no seu ensaio *Quanti erano gl'italofoni nel 1861?*, contraria De Mauro e refaz os cálculos, adicionando à conta outras localidades do Lácio, da Úmbria e das Marcas além dos toscanos e romanos, chegando à conclusão de que, nos anos da unificação, os itálofonos seriam 10% da população, mais de 2 milhões de falantes. De uma forma ou de outra, a língua era paradoxalmente celebrada, mas estrangeira na própria pátria. O italiano era desconhecido pela maior parte da população, visto que havia o primado somente no âmbito cultural e político e, ainda assim, grandes nomes da História Italiana, como Vittorio Emanuele II – o primeiro rei da Itália – e o Conde de Cavour – o primeiro-ministro – não o dominavam, o primeiro preferia se

utilizar do piemontês para se comunicar, o segundo, do francês (SMITH, 1997).

A estagnação da vida econômica, social e intelectual do País foi a grande responsável pelo uso quase exclusivo dos dialetos no momento da unificação. Ascoli (1873) afirmava que a situação linguística da península era resultado da falta de um poder centralizado capaz de impor a sua própria língua, ou de um movimento análogo à Reforma, que permitisse a circulação de ideais, religiões, cultura e conseqüentemente de uma língua comum. A própria política do Império Romano, que concedia aos povos dominados de manterem a sua língua e cultura, por considerarem o conhecimento do latim um privilégio, contribuiu para a grande descontinuidade geográfica na qual a Itália se encontrava. No Concílio de Niceia, foi permitido à Igreja de assentar-se nos antigos territórios administrativos romanos, favorecendo ainda mais a partição (DE MAURO, 1970). O sul da Itália estava dominado pela Igreja, logo, a circulação de quaisquer movimentos culturais mais a sul de Roma era impedida pela mesma. A fragmentação da península perdurará até o século XIX, sendo acentuada pela Revolução Industrial, que levará muitos dos pequenos e frágeis estados a erguer rígidas barreiras alfandegárias.

Além da fragmentação político-administrativa de que se falou nos parágrafos precedentes, havia ainda aquela linguística; a Itália era, como a definiu De Mauro (1970), uma “selva” linguística. Portanto, mesmo nos dias de hoje, é impossível falar de um único dialeto italiano pois, em razão dos acontecimentos históricos dos quais se discorreu nos parágrafos anteriores, numerosos dialetos coexistem no país. Diante de uma variedade tão grande, traços linguísticos em comum tornam possível a divisão e distinção de grupos dialetais. Desta forma, podem-se distinguir três grandes grupos, que se subdividem em grupos menores.

Os dialetos italianos podem ser assim classificados: (1) os dialetos setentrionais ou galo-italícos, limitados ao sul pela linha La Spezia-Rimini; (2) toscanos, cuja variedade principal, o florentino, constituiu o fundamento da língua nacional; (3) meridionais, que compreendem todos os falados do Lácio e no restante das regiões do sul (DE MAURO, 1970); e, por fim, os sardos e ladinos (DARDANO e TRIFONE, 1995).

Todos esses dialetos derivam do latim, que se transformou no decorrer dos séculos por influências de diversos fatos históricos. A sua difusão só não foi possível pelo motivo que o latim, até o século XVI, era a língua jurídica e principalmente porque a classe mais privilegiada, na época, passou a adotar uma língua *pan-italiana*, eleita por Dante. O florentino era a língua das três coroas, mas não dos italianos, pois inexistia um Estado e, sobretudo, inexistiam os italianos.

Vale ressaltar que Roma, no mosaico linguístico italiano, representava uma situação particular. O seu dialeto meridional mudou gradualmente, devido, sobretudo à forte imigração de falantes dos mais variados dialetos para a região; o *romanesco* acabou por perder as suas características meridionais. O Papado de Roma atraía diversas pessoas que, para se compreenderem, tiveram de se utilizar do italiano como língua franca (MIGLIORINI, 1936). Os religiosos constituíam uma grande parcela da população e eram tidos como modelos de imitação e portadores de cultura escolar. Com efeito, o ensino elementar em Roma prosperava, visto que era tido como uma ferramenta de autoridade e influência; logo, no momento da unificação, a italoфонia era uma obrigação social e os indivíduos que falavam apenas o dialeto eram mal vistos por se utilizarem de modelos linguísticos que não estavam de acordo com a norma estabelecida, o florentino, que havia sido eleito como língua nacional. Além disso, o fato de não dominar a língua nacional era uma marca de condição socioeconômica já que, no resto da Itália, com exceção de Roma e da Toscana, o italiano era cultuado somente por eruditos.

Diacronicamente, o italiano, curiosamente, manteve-se praticamente estático, do século XIV até meados do século XIX. Tal fato se justifica sobretudo pela sua tradição quase exclusivamente escrita. Em razão de não ser falado pelo povo, faltava-lhe termos e expressões que dissessem respeito à vida quotidiana, ao artesanato, etc.

Appunto per quest'angustia dell'ambito d'uso dell'italiano, fuori di Roma e della Toscana adoperato sempre e solo a livello formale, Carlo Gozzi e Ugo Foscolo erano spinti a definire l'italiano come una "lingua morta", il Manzoni a ripetere l'espressione e a negare che gli scrittori italiani disponessero d'una lingua "viva e vera", il Leopardi a rilevare l'aridità dell'italiano. (DE MAURO, 1970, p. 31)<sup>4</sup>

Nessa conjuntura, o uso dos dialetos se fortificava. Em razão de serem utilizados por diferentes classes, das mais baixas às mais abastadas, os dialetos haviam conquistado, também, status social. O próprio rei italiano, Vittorio Emanuele II, usava o piemontês frequentemente com seus ministros (SMITH, 1997). Até mesmo no uso escrito, o italiano corria risco de ser substituído pelo dialeto. A língua italiana, com exceção dos poucos lugares onde era efetivamente utilizada, não era uma realidade à disposição da vida de todos os dias, mas era conquistada após aplicação e estudo e, na época, a educação ainda era um privilégio ao qual poucos podiam ter acesso.

---

4 “Justamente por esta angústia do âmbito de uso do italiano, fora de Roma e da Toscana utilizado sempre e somente a nível formal, Carlo Gozzi e Ugo Foscolo tinham chegado a definir o italiano uma “língua morta”, Manzoni a repetir a expressão e a negar che os escritores italianos dispusessem de uma língua “viva e verdadeira”, Leopardi a constatar a aridez do italiano.” (DE MAURO, 1970, p. 31, tradução nossa)

Na Itália, De Mauro (1970) aponta que a percepção por parte da burguesia da importância da instrução elementar da população foi amadurecida durante a dominação de Napoleão Bonaparte sobre a península, sobretudo no Piemonte e no Lombardo-Vêneto, onde houve continuidade de suas medidas mesmo após a sua queda, por esforços da classe burguesa. Porém, nas demais regiões, as classes dirigentes se opuseram veementemente à educação das grandes massas. Consequentemente, nos anos da unificação, em torno de 80% da população era analfabeta e os 20% restantes desconheciam o italiano (com exceção da Toscana e de Roma, por razões já discutidas anteriormente).

Duas leis tiveram grande impacto para que essa situação fosse contornada. A primeira chama-se lei Casati e foi promulgada como decreto legislativo do Reino de Sardenha, em 1859, e depois estendida, com a unificação, a todo o Reino da Itália. A lei reformulou o inteiro ordenamento escolar e afirmou a vontade por parte do Estado de se ocupar da instrução dos cidadãos que, até então, era monopolizada pela Igreja Católica há séculos, introduzindo, assim, a obrigatoriedade escolar no reino. Em 1877, é promulgada uma segunda lei, chamada Coppino, que aumenta a duração da educação elementar para 3 anos e define a obrigatoriedade de frequentá-la dos 6 aos 9 anos de idade. Alguns anos após a unificação, entre 1864 e 1865, na pesquisa promovida por Carlo Matteucci, um inspetor de Palermo afirma considerar eficaz “o cumprimento da obrigatoriedade de frequência previsto na lei Casati, e adicionava, em seguida, que, dos meninos obrigados, frequentavam (ou melhor, “costumavam frequentar”) a escola somente 30% e, das meninas, somente 18%” (DE MAURO, 1970, p. 40, tradução nossa), mostrando um otimismo não condizente com a conjuntura, pois das próprias porcentagens apresentadas, a evasão era significativa. Foi um primeiro passo, mas que não surtiu muito efeito. A pesquisa conduzida por Matteucci nos dá um panorama da situação escolar da Itália pós-unitária, e traz à luz as deficiências de sua estrutura, de todo ineficaz. A baixa frequência por parte dos alunos e o despreparo dos professores eram dilemas; muitos deles ministravam aulas inteiramente em dialeto e possuíam escasso conhecimento da língua italiana; devido ao mau aproveitamento desses anos de estudo, o retorno ao analfabetismo daqueles que haviam frequentado a escola elementar era uma realidade consolidada.

Os que frequentavam a escola média e superior eram menos de 1% da população. Muito dificilmente todas essas pessoas possuíam uma competência satisfatória do italiano, mas estima-se que eram 8 a cada mil habitantes, em uma população de mais de 20 milhões de indivíduos (DE MAURO, 1970).

Altro era il caso di Firenze (con le restanti città toscane) e di Roma: [...] in Toscana e a Roma i dialetti locali erano particolarmente vicini nella struttura fonologica morfologica e lessicale alla lingua comune; inoltre, nello squallore scolastico dello Stato Pontificio, Roma era un'isola

in cui le istituzioni scolastiche erano più che altrove in Italia efficienti e diffuse. Perciò si può concludere che, intorno agli anni dell'unità, già la semplice qualità di non analfabeta consentisse a Roma e in Toscana un reale possesso della língua comune: ai 160.000 italofofoni di altre regioni, vanno dunque aggiunti circa 400.000 toscani e 70.000 romani. (DE MAURO, 1970, p. 43)<sup>5</sup>

Logo, a escola, como instituição, mesmo que escassa, e a proximidade dos dialetos toscanos e daquele de Roma ao florentino, mostravam-se dois dos fatores de maior contribuição para a difusão do italiano na península. Mas vale ressaltar que, ainda assim, o seu uso não era espontâneo a grande parte da população, não era aprendido na socialização primária e representava um privilégio das classes dirigentes, que tinham acesso à educação.

---

5 “Diferente era o caso de Florença (com as demais cidades toscanas) e de Roma: [...] na Toscana e em Roma os dialetos eram particularmente próximos na estrutura fonológica, morfológica e lexical à língua comum; ademais, na miserabilidade escolar do Estado Pontifício, Roma era uma ilha em que as instituições escolares eram mais eficientes e difundidas do que qualquer outro lugar na Itália. Portanto, se pode concluir que, nos anos da unificação, já a simples condição de não analfabeta consentisse em Roma e na Toscana uma real posse da língua comum: aos 160.000 italofofonos de outros regiões, são adicionados, então, cerca de 400.000 toscanos e 70.000 romanos.” (DE MAURO, 1970, p. 43, tradução nossa)

#### 4 – A UNIFICAÇÃO ITALIANA NO SÉCULO XIX E SEUS EFEITOS

A unificação política da Itália no século XIX acarretou na criação de um aparelho de Estado unitário. Nas capitais e principalmente em Roma, conseqüentemente, surgiu uma classe dominante, regionalmente, bastante heterogênea que, para comunicar-se, foi constrangida a se utilizar da língua nacional. Na mesma direção se encaminhou a escola unitária. Tais mudanças no clima da época, cheio de novidades, fez com que se pensasse, além de diversas outras coisas, a uma reformulação industrial, graças ao fim das fronteiras alfandegárias. Tal cenário levou a uma expansão das cidades, concebidas como polos industriais, nos quais passavam a circular cidadãos advindos das mais diversas regiões da recém-criado reino (SMITH, 1997).

No período de maior fluxo migratório, entre os anos de 1891 e 1911, aqueles que mais imigravam eram cidadãos na faixa etária entre 10 e 30 anos, sobretudo do sexo masculino, ou seja, justamente os que melhor conheciam o italiano, mesmo que sempre através da escrita.

Ciò potrebbe portare a concludere che l’immigrazione abbia rallentato, piuttosto che accelerato, il processo di diffusione della lingua comune, in quanto parrebbe aver sottratto gli individui capaci di usare la lingua comune più che la parte di popolazione a conoscenza del solo dialetto. Senonché occorre considerare che l’emigrazione non ha colpito le varie categorie di popolazione in misura proporzionale alla dislocazione regionale degli individui e alla loro distribuzione nelle diverse classi di attività e reddito, ma ha colpito soprattutto le regioni e le classi in cui più esteso era l’uso del dialetto (DE MAURO, 1970, pp. 55-56).<sup>6</sup>

O êxito linguístico da imigração pode ser analisado através de três critérios: a dispersão populacional, o aumento das receitas nacionais e o crescimento intelectual e cultural do imigrante. A imigração de analfabetos falantes de dialeto favoreceu o trabalho da escola, em razão de ter reduzido o número de cidadãos que desconheciam a língua nacional; contribuiu, também, para mudanças radicais nas comunidades rurais e para melhora do salário de trabalhadores nos campos. Mas, sem sombra de dúvidas, o seu maior benefício foi a elevação cultural do imigrante que voltava ao Reino de Itália: a necessidade de escrever à família e de gerir a contabilidade de suas economias fazia com que

6 “Isso pode levar à conclusão de que a imigração diminuiu, e não acelerou, o processo de disseminação da língua comum, pois parece ter subtraído indivíduos capazes de usar a linguagem comum mais do que a parte da população que conhecia apenas o dialeto. Contudo, deve-se considerar que a emigração não afetou as várias categorias de população proporcionalmente ao deslocamento regional de indivíduos e à sua distribuição nas diferentes classes de atividade e renda, mas afetou principalmente as regiões e classes em que era maior o uso do dialeto.” (DE MAURO, 1970, pp. 55-56, tradução nossa).

repatriasse com um nível de instrução infinitamente superior ao de quando imigrou. Graças à estada no exterior, os repatriados davam-se conta da importância da escola, e a nova mentalidade fez aumentar a frequência e as inscrições em escolas públicas e privadas. Até mesmo aqueles que permaneciam no exterior escreviam aos filhos discorrendo sobre a importância da instrução formal, incentivando-os a frequentarem a escola.

Como consequência dos fatos relatados, entre 1871 a 1911, o percentual de analfabetismo passou de 68,8% a 37,9%: tais números atestam a importância que a imigração teve para a alfabetização e para a difusão da língua italiana, favorecendo o enfraquecimento do uso dos dialetos em todo o reino.

De Mauro (1970) aponta ainda, como outro fator que favoreceu a propagação da língua nacional, a industrialização. Com efeito, após a unificação, houve um grande aumento dos empregados da indústria e serviços, enquanto caiu drasticamente os que vivem exclusivamente da agricultura. A industrialização permitiu que houvesse reduções dos horários de trabalho – passou-se de 72 a 84 horas semanais em 1861 a 48 horas semanais no segundo pós-guerra – e um aumento da renda média; consequentemente, os mais velhos podiam abster-se de trabalhar e os mais novos podiam frequentar a escola. A baixa rentabilidade do trabalho no campo leva os trabalhadores rurais do Sul da Itália a migrarem para os grandes centros urbanos, que se encontravam no Norte, a fim de conseguir um emprego nas grandes indústrias e melhorar sua condição socioeconômica; essa grande migração interna favorece a queda dos dialetos e o uso da língua comum, especialmente por parte dos cidadãos meridionais, visto que, como já mencionado anteriormente, eram aqueles que mais se utilizavam do dialeto no dia a dia, em razão da sua baixa escolaridade.

A grande massa migratória acarretada pela industrialização do país levou à introdução de termos até então inexistentes seja em italiano, seja nos dialetos da península. Tais vocábulos nomeavam objetos, instrumentos, utensílios, etc, que passaram a ser de uso comum e que apresentavam a mesma denominação em todo o território nacional, por serem, em sua maioria, derivados de línguas estrangeiras. A inserção dessas novas palavras, que tiveram na publicidade uma forma eficaz de divulgação, aproximou o italiano das demais línguas europeias das quais, estruturalmente, era distante, e, principalmente, fez com que os dialetos, tão diferentes do italiano sob diversos aspectos, adquirissem características comuns à língua nacional.

A migração interna e o conseqüente urbanismo afetaram não somente a aproximação de falas distintas, mas também a propagação da língua italiana por meios culturais e artísticos (como teatros e cinemas), já que os grandes centros urbanos apresentavam grande volume demográfico; tal fenômeno se fazia presente sobretudo em cidades que possuíam entre 20.000 e 50.000 habitantes. Em um século, de 1861 a 1961, principalmente no Norte da Itália, as metrópoles quadruplicaram, passando de 20 a

96. Do ponto de vista linguístico, não só os imigrantes, que vinham do Centro-Sul, foram afetados, mas também os habitantes nativos desses novos grandes centros urbanos. A grande heterogeneidade linguística levou tanto os autóctones das 96 cidades quanto os recém-chegados a abrirem mão de seus dialetos locais e a utilizarem uma língua que pudesse ser compreendida por todos, e não poderia ter sido outra que não a língua italiana.

Contudo, a urbanização não produziu os mesmos efeitos em todas as cidades. Deve-se levar em conta que a comunidade autóctone estava em maior número do que qualquer outra e logo, poderia impor o próprio dialeto. Ademais, muitos dos imigrantes vinham de zonas fronteiriças e, portanto, falavam um dialeto semelhante. Um segundo fator, nesse quadro, é que o número de imigrantes corresponda exatamente ao de residentes nativos; isso pode acontecer somente quando a taxa de aumento demográfico é o dobro da nacional. Pode-se executar uma divisão em três grupos, a saber: cidades com a taxa menor do que a nacional (6), cidades com a taxa maior mas menor que o dobro (58) e cidades com a taxa superior ao dobro (32). No primeiro caso, o enfraquecimento dos dialetos influenciado diretamente pelo urbanismo foi quase inexistente; no segundo, o fenômeno apresentava mais ou menos força dependendo da proximidade dos dois extremos e, por fim, no terceiro, foi onde o efeito foi mais notável, em razão justamente do maior número de imigrantes. Tais dados evidenciam o fato que, nas regiões nas quais não havia grandes centros urbanos, como o Friuli, Vêneto, Trentino e Campânia, os dialetos iam de vento em popa.

Artífices da difusão da língua nacional foram, também, numerosas instituições, tais como órgãos estatais, associações políticas e culturais, locais públicos e de espetáculos, que fomentavam o seu uso nas metrópoles. A relevância das cidades que apresentavam alto índice de urbanização é incontestável. De 1932 a 1961, estatísticas estimam que quase 5 milhões de italianos (DE MAURO, 1970) imigraram nas doze principais cidades do País, e centenas de milhares dos habitantes das mesmas mudaram-se para outras cidades da península contribuindo, assim, para uma profunda mistura linguística. Contudo, houve forte resistência por parte dos setentrionais contra os imigrantes meridionais, sobretudo por preconceito étnico dos primeiros, o que ocasionou o mimetismo dialetal por parte dos segundos, especialmente nas classes menos privilegiadas, enquanto as mais abastadas adotaram coletivamente a língua comum italiana, dando vivacidade àquela que foi chamada, anos antes, de “língua morta”.

Quanto à função da escola, havia duas visões contrapostas. Segundo os *manzonianos*, se deveria erradicar o dialeto e impôr o florentino; já De Sanctis, Ascoli e D’Ovidio defendiam a tutela do dialeto para confrontá-lo com a língua italiana. Os dois projetos partiam do pressuposto que o professor deveria dominar o italiano e que haveria cumprimento da obrigatoriedade escolar elementar determinado pela lei Casati; o segundo, exigia do professor um bom conhecimento histórico-

linguístico e dialetológico. Tais programas, concebidos no período da unificação nacional, vieram a concretizar-se somente após a Segunda Guerra Mundial. Menos de dez anos após a unificação italiana, em 1870, mais da metade da população evadia a escola, contudo, sob o governo de Giovanni Giolitti (1842-1928), o percentual de analfabetismo dos nascidos entre 1916 e 1926 foi reduzido a 17%. O combate à evasão escolar, principal causa do desproporcional analfabetismo na Itália, fez com que se passasse de mais de 70% no início do século a 8% em 1961.

A organização escolar refletia diretamente no seu (in)sucesso: a sua gestão era conferida às comunas, que dispunham de poucos recursos financeiros para valorizá-la. Os colégios careciam de estruturas físicas adequadas e os professores que ali ensinavam não eram considerados eficazes, pelo seu método meramente formal da língua, sem demonstrar a sua efetividade, e por sua escassa formação: muitos deles não eram nem sequer capazes de ministrar as aulas inteiramente em italiano, recorrendo muitas vezes a formas mistas de dialeto e língua literária, veementemente desprezadas por Corradini (apud DE MAURO, 1970, p. 93). Obviamente, tal conjuntura não permitia que o italiano tivesse vez em um mundo vivido exclusivamente pelo dialeto, que encontrava a sua maior expressão do dia a dia, quotidianamente, e não nos livros.

A instrução apresentou sempre melhor resultado nas cidades do que no campo, da Unificação à Primeira Guerra Mundial, e a situação seguiu estável até o segundo pós-guerra – isto é, período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e os primeiros anos da República Italiana, instituída em 1946 –. Dada a diferença da ação escolar entre uma região e outra, a queda do analfabetismo e o conseqüente conhecimento da língua italiana apresenta datas diferentes dependendo da localidade, mas pode-se dizer que quedas no analfabetismo começaram a ser notadas de 1911 a 1951; o Norte da Itália, já em 1921 apresentava um alto grau de alfabetismo, que chegava aos 75%, enquanto o Sul concentrava o maior número de analfabetos e semianalfabetos, situação que perdurará até a década de 1951-1961. De tais informações, entende-se o porquê de o padrão linguístico italiano apresentar tantas características setentrionais.

As escolas médias inferior e superior, até o advento dos meios de comunicação de massa, foram as principais responsáveis por contribuir para a formação de verdadeiros falantes de italiano. A sua distribuição era uniforme em toda a Península, apesar de apenas uma pequena parcela da população efetivamente frequentá-la. Em razão de seu caráter elitista, o uso do dialeto foi sempre vetado, diferentemente do que acontecia na escola elementar. Contudo, essa tomada de posição levava os alunos a falarem como “um livro impresso” (DE MAURO, 1970, p. 104), sem qualquer espontaneidade, dando lugar à hipercorreção escolar e a formas estereotipadas usadas pelos estudantes.

O serviço militar obrigatório, instituído no Reino de Itália e confirmado com o nascimento da República Italiana, e a burocracia, tal como a escola, favoreceram a difusão do italiano, mesmo não sendo a sua principal intenção. Os burocratas, devido às constantes mudanças às quais eram sujeitos, eram levados a adotar um tipo linguístico *standard*, ao menos publicamente, que apresentava características homogêneas e grande influência de dialetos meridionais em muitos termos utilizados. Já o exército, com a obrigatoriedade do alistamento, contribuiu para a mobilidade dos jovens, que eram transferidos para locais distantes de suas próprias casas e, logo, a ambientes linguísticos a eles estranhos, o que contribuiu para o enfraquecimento da tradição dialetal. Contudo, no período pós-unificação, o uso da língua italiana por parte de oficiais piemonteses era bastante incomum, visto que eram extremamente ligados ao uso de seu dialeto. Com efeito, muitos termos de origem piemontesa, por esse motivo, entraram no jargão militar e penetraram, posteriormente, o italiano popular (DE MAURO, 1970). Tais constatações afirmam a importância dessa instituição na propagação do italiano.

O crescimento da industrialização, da renda e da instrução média comportou um aumento e uma diferente forma de aproveitamento do tempo livre, que passou a ser concentrado, gradualmente, no acesso à informação, pelos novos meios de comunicação, e nos espetáculos de massa.

I tipi di informazione e di spettacolo che si avvalgono di tecniche tradizionali come la stampa periodica e non periodica o il teatro, e i tipi legati invece a tecniche recenti, come cinema sonoro, radio e televisione, hanno svolto in Italia una duplice azione linguistica: hanno cioè diffuso e consolidato il possesso della lingua comune a scapito dei dialetti; e hanno determinato il sorgere di nuovi moduli stilistici connessi alle esigenze insite nelle tecniche di fissazione e trasmissione dei messaggi. (DE MAURO, 1970, p.111)<sup>7</sup>

A imprensa foi o meio de comunicação mais favorecido por essa nova situação. Em razão da sua alta circulação – estima-se que, em 1950, os seus leitores assíduos ou eventuais, correspondesse a quase a inteira população alfabetizada – os jornais estipulavam modelos de língua escrita, difundindo-a a um vasto público. Por ser destinada a toda a população, independentemente de suas colocações regionais, os jornalistas eram levados a adotar uma língua “neutra”, um italiano livre de regionalismos, que pudesse ser compreendido tanto por um setentrional, quanto por um meridional. Os jornalistas correspondentes no exterior tiveram grande participação na introdução de termos de origem estrangeira na língua italiana, ou de adaptações para o italiano de estrangeirismos. A imprensa, com a sua prosa, foi responsável por diversas inovações linguísticas, que passaram das

7 “Os tipos de informação e entretenimento que fazem uso de técnicas tradicionais, como as publicações periódicas e não periódicas ou o teatro, e os tipos vinculados a técnicas recentes, como cinema sonoro, rádio e televisão, realizaram uma dupla ação linguística na Itália: difundiram e consolidaram a posse da língua comum em detrimento dos dialetos; e determinaram o surgimento de novos módulos estilísticos conectados às necessidades inerentes às técnicas de fixação e transmissão de mensagens.” (DE MAURO, 1970, p.111, tradução nossa)

páginas de seus jornais à boca do povo e, também, às páginas de obras de teor literário. Roma tornou-se o destino de milhares de jornalistas, que iam à capital para desenvolver a parte política dos jornais nas redações ali alocadas; dessa forma, difundiram-se várias expressões típicas da Cidade Eterna por toda a Península, especialmente na época do fascismo.

Contudo, vale ressaltar que o raio de alcance de periódicos era bastante limitado, e não chegava a todos os cidadãos. Os jornais embatiam em um impedimento: a alta taxa de analfabetismo. Por tal motivo, os jornais impressos apresentavam uma maior circulação e difusão no Norte da Itália, sobretudo entre as classes mais abastadas, e no Sul, ao contrário, eram menos lidos. Nesse cenário, difundiram-se os meios que seriam responsáveis por massificar o italiano entre a população mais pobre (e não só): o cinema, a rádio e a televisão, foram capazes de levar o italiano a contextos em que o dialeto triunfava.

Indubitavelmente, em comparação à mídia impressa, o cinema tinha uma força de introdução notavelmente superior e alcançava uma grande parte da população, contribuindo para a difusão da língua nacional. Já a rádio e a televisão, além de também constituírem meios de promoção linguística mais viáveis a cidadãos não letrados, favoreciam a criação de círculos de agregação social, nos quais várias pessoas se reuniam para acompanhar as transmissões juntos, visto que nem todos podiam adquirir os eletrodomésticos.

La radio ha agito in modo duplice: da una parte sui singoli parlanti, innalzandone la competenza passiva, ossia la capacità di comprendere l'italiano; dall'altra sull'intera Italia linguistica e sull'italiano stesso, ponendosi di fatto, insieme alla televisione, come nuovo modello normativo e contribuendo negli ultimi decenni all'affermazione dell'italiano neostandard (o italiano dell'uso medio). (MARASCHIO, 2011)<sup>8</sup>

No cinema, Petrolini, Macario e sobretudo Totò utilizavam-se de construções refinadas em língua italiana em contextos inadequados, a fim de entreter e divertir o expectador. Os filmes foram responsáveis, também, pela criação de folclore unitário, utilizando-se de uma linguagem popular, de um dialeto “diluído” na língua nacional; o seu uso pelo cinema contribuiu para que fosse cada vez mais associado ao atraso e, portando, que fosse substituído pelo italiano, que havia se tornado símbolo de progresso e civilidade. A televisão favoreceu fenômenos semelhantes e, apesar de constituir

---

8 “O rádio agiu de duas maneiras: por um lado, em falantes individuais, aumentando sua competência passiva, ou seja, a capacidade de entender o italiano; por outro, em toda a Itália linguística e no próprio italiano, colocando-se, juntamente com a televisão, como um novo modelo regulatório e contribuindo nas últimas décadas para a afirmação do italiano *neostandard* (ou italiano de uso médio).” (MARASCHIO, 2011, tradução nossa)

também uma fonte de entretenimento, apresenta uma característica a mais, o que a torna mais eficaz: é uma fonte de informação; tal aspecto permite que se utilize de mais artifícios linguísticos do que o cinema. Já a rádio, ao contrário da televisão, apresentava uma língua estática e rígida, por ser apenas sonora e não visual. Nas rádios italianas, as pronúncias romana e setentrional dominavam, favorecendo o desenvolvimento da língua que então estava sendo moldada, por assim dizer, nas grandes metrópoles como Milão, Turim e Roma, fazendo com que a língua que um dia foi o florentino, se deslocasse cada vez mais ao norte da Península e não tivesse mais como referência a região da Toscana, que foi o seu berço e a terra de Dante.

No início do século XX, o critério do letramento para apurar se um cidadão era conhecedor ou não da língua comum não era mais válido, visto que até mesmo analfabetos, fora do contexto escolar, passavam a se utilizar do italiano para se comunicar. Logo, à época, os itálofonos chegavam aos 16 milhões; contudo, vale ressaltar que o uso efetivo da língua italiana por essa cifra era potencial, pois poucas pessoas se utilizavam da língua regularmente. Estima-se que fossem cerca de 5 milhões. Para precisar a situação nos anos 50, pode-se recorrer à pesquisa desenvolvida por Robert Rüegg, linguista suíço, em sua tese de doutorado intitulada *Sulla geografia dell'italiano parlato* (1956/2016), que atesta que em 1951 mais de um terço da população não se utilizava mais apenas do dialeto como *único* meio de comunicação, mas que somente pouco mais de um sexto tinha aberto mão de usá-lo e a grande maioria, em torno de 63,5%, ainda o usava em todos os contextos.

Cada vez mais o conhecimento do italiano assumia um caráter distintivo entre classes e passava a ser interpretado como instrumento de prestígio e afirmação social. Tanto que na década seguinte, a língua começava a se difundir não só mais nos grandes centros, como outrora, mas também nas pequenas cidades entre as classes mais altas e, pouco a pouco, fragilizava o uso exclusivo do dialeto até mesmo nas classes não dirigentes.

Após a perda do status de esnobismo que o uso da língua italiana ostentava, as forças que contribuíram para a sua difusão, em especial os meios de comunicação de massa, passaram a transmitir modelos a serem seguidos, homogêneos e abertos a inovações linguísticas periféricas, desde que dentro do padrão linguístico dominante. A mobilidade social rígida da época favoreceu as classes dirigentes, impedindo a renovação das estruturas do italiano, enquanto uma alta mobilidade chamada por De Mauro (1970) de horizontal – isto é, dos meios agrícolas para as grandes indústrias e serviços – comportou a adoção de um idioma comum seja às classes mais altas quanto às mais baixas. Tal fenômeno fez com que os contextos nos quais o dialeto era comumente utilizado diminuíssem e que os mesmos passassem a se italianizar em diversos níveis, mas sobretudo no léxico, enriquecendo a língua comum italiana e tornando-a mais popular.

#### 4.1 – A italianização dos dialetos

O contato linguístico proporcionado pelos fatores mencionados anteriormente, entre os quais a obrigatoriedade escolar, as migrações internas, o crescimento das cidades e o nascimento dos meios de comunicação de massa, fez com que os dialetos se aproximassem cada vez mais da língua comum, sofrendo influências em todos os níveis de análise, léxico, fonologia, morfologia e sintaxe.

Apesar da forte migração interna, a diferença do prestígio dos dialetos rurais e urbanos e a grande heterogeneidade dos primeiros não favoreceu o contato e a troca entre os dois, com exceção de Roma, onde misturas de dialetos centro-meridionais deram origem a formas híbridas, como o *cispadano*, que foi usado também na poesia. Muito mais relevante foi a troca inversa, isto é, dos dialetos dos grandes centros aos das pequenas cidades, italianizando-os por formas dialetais, mas mais semelhantes ao italiano (DE MAURO, 1970).

É importante ressaltar que a introdução de formas derivadas da língua comum nos dialetos acarretou no retorno a formas arcaicas, pois certas estruturas do italiano, que tinha como base o dialeto florentino, conhecido por ser um idioma conservador, já haviam sido superadas pelos demais dialetos da península e por outras línguas de origem latina.

Esse fenômeno, chamado por De Mauro (1970) de *arcaização dos dialetos*, no entanto, permitiu sua renovação, porque, ao se aproximar do italiano, podiam mais facilmente se adequar e adotar suas formas nos níveis lexical, morfológico e sintático. Quanto mais próximos chegavam da língua nacional, mais prontamente podiam receber contribuições e, além disso, da mesma maneira formas de origem dialetal poderiam entrar no italiano por meio de variedades regionais. Tal contato linguístico contribuiu para a manifestação de dois fenômenos: a transformação dos dialetos regionais sob influência do italiano, que muito se aproximaram de sua estrutura e deram origem a variedades que Dardano e Trifone (1995) chamam de dialeto regional, e um processo complementar, que transformou o italiano, de região a região, assumindo características locais sob influência dos dialetos, originando os italianos regionais.

## 5 – OS ITALIANOS REGIONAIS

A fim de melhor delinear o que seriam os italianos regionais, tomaremos como base os estudos de Gaetano Berruto, sociolinguista italiano, sobre a arquitetura do italiano contemporâneo e as variedades que o compõem, e o confrontaremos com a posição de outros autores a respeito do mesmo tema. Berruto (2012), ao elaborar seu esquema, parte de três premissas, a saber:

La prima è che occorra evitare di mescolare le dimensioni di variazione e, nello stesso modo tenere, e dare, conto del fatto che esse si intersecano; in secondo luogo, crediamo che, almeno nell'uso orale che costituisce il *prìus* dell'osservazione del linguista, la differenziazione geografica abbia un ruolo 'primitivo', a parte; infine, si suppone che sia utile, accanto alle tre tradizionali categorie di diatopia, diastratia e diafasia, considerare anche la variazione in diamesia (BERRUTO, 2012, p. 23).<sup>9</sup>

Berruto identifica nove variedades do italiano contemporâneo, mas as que nos interessam são fundamentalmente duas: o italiano *standard* e o italiano *neo-standard*. O primeiro, segundo o autor, é substancialmente a língua literária e ensinada pelos manuais de gramática e é marcado, em certa medida, diastraticamente (por ser efetivamente falado somente por uma elite intelectual, tais como atores, etc) e diatopicamente, no sentido que remonta sempre a traços florentinos, já que a tradição literária italiana teve como berço Florença, com autores como Dante Alighieri, Giovanni Boccaccio e Francesco Petrarca, e serviu como modelo de língua nacional. Já Sobrero e Miglietta (2006) o definem como um conjunto de regras, normas e preceitos elaborados pelos gramáticos, propostas e impostas pela escola com a etiqueta de “formas corretas”, e transmitidas de geração em geração por gramáticas prescritivas – ou normativas – escolares, e concordam em constatar que a variedade *standard* não corresponde à nenhuma outra falada na península pois, apesar de ser originada do florentino, o tempo fez com que a língua falada em Florença se distanciasse daquela presente hoje nas gramáticas italianas. Por tal motivo, linguistas italianos se preocuparam em encontrar uma denominação para as variedades que coexistem no País e que se distinguem em níveis não só fonéticos, mas também morfossintáticos e lexicais seja uma das outras, seja da variedade *standard* da língua. Francesco Sabatini (1985) propôs intitulá-la “*italiano dell'uso medio*” (em português, “*italiano do uso médio*”) e Gaetano Berruto (2012) “*neo-standard*”. Para os dois autores, o italiano *neo-standard* (ou *dell'uso*

9 A primeira é que é necessário evitar misturar as dimensões da variação e, da mesma maneira, manter e dar conta do fato de que elas se cruzam; segundo, acreditamos que, pelo menos no uso oral que constitui o *prìus* da observação do linguista, a diferenciação geográfica tem um papel "primitivo", à parte; finalmente, supõe-se que seja útil, juntamente com as três categorias tradicionais de diatopia, diastratia e diafasia, considerar também a variação na diamesia.” (BERRUTO, 2012, p. 23, tradução nossa)

*medio*) seria substancialmente os padrões sociais de comportamento linguístico em cada uma das regiões italianas. Mas como se originaram as variantes regionais da língua italiana?

Liberati dal secolare isolamento, entrati in relazione con varietà urbane dai tratti meno marcati o con lo stesso modello dell'italiano scritto, nei primi decenni postunitari i dialetti cominciano a intraprendere con maggiore decisione un processo di avvicinamento alla lingua. Questo cammino passa attraverso la nascita di sistemi linguistici fortemente innovativi, le varietà regionali di italiano, che fioriscono allorché gruppi sempre più numerosi di parlanti abituati al monolinguisma dialettale si sforzano, con vario risultato, di usare la lingua comune. In un primo tempo il fenomeno interessa soprattutto le città, al cui interno gli idiomi in contatto tendono a stemperarsi uno nell'altro e a coagularsi in varietà delocalizzate, ognuna delle quali assume una fisionomia linguistica sostanzialmente italiana nelle strutture fondamentali, ma con palesi tracce del dialetto di partenza. (TRIFONE, 2011)<sup>10</sup>

Sob influência dos dialetos, o italiano, que se caracteriza justamente em oposição aos mesmos e serve como base para as demais variedades presentes na península, sofreu variações em todo o território nacional, assumindo traços dialetais em seu léxico, gramática e fonética. Por esse motivo, é fácil reconhecer se quem fala é um lombardo, piemontês ou toscano, pois os nativos da língua italiana carregam em sua fala (e não só) marcas dos dialetos que existem – ou um dia existiram – em sua região; marcas essas que são chamadas de italianos regionais.

Os italianos regionais formam a verdadeira língua falada na Itália, e são uma mescla entre a língua nacional e elementos regionais, provenientes dos dialetos. De Mauro (1970) os define como fruto do esforço dos dialetófonos de aprenderem o italiano, resultado da história relativamente recente da língua italiana; e de fato o são. As variedades regionais representam a realização daquilo que era uma língua literária, não pragmática, que finalmente adquiriu a vivacidade e a personalidade que lhe faltavam, é a expressão do povo de uma língua *piovuta dall'alto* (em português, “caída do céu”). Apesar de alguns pesquisadores, como Giulio Lepschy (1992), terem proposto uma classificação que seguisse estritamente as regiões administrativas italianas e outros, como Canepari (1980), uma classificação que distinguisse as variedades regionais do italiano em base às principais famílias dialetais da península, a mais adequada e mais adotada para o tratamento da questão, por levar em

10 “Livres do isolamento secular, entraram em relacionamento com variedades urbanas com características menos acentuadas ou com o mesmo modelo de italiano escrito, nas primeiras décadas pós-unificação os dialetos começaram a empreender um processo de abordagem da língua com maior decisão. Esse caminho passa pelo nascimento de sistemas linguísticos altamente inovadores, as variedades regionais do italiano, que florescem quando mais e mais grupos de falantes acostumados ao monolinguisma dialetal se esforçam, com diferentes resultados, em usar o idioma comum. A princípio, o fenômeno afeta principalmente as cidades, nas quais os idiomas em contato tendem a se diluir e coagular em variedades deslocalizadas, cada uma assumindo uma fisionomia linguística substancialmente italiana nas estruturas básicas, mas com traços claros do dialeto de partida.” (TRIFONE, 2011, tradução nossa)

conta critérios sociológicos, é a de De Mauro (1970) que identifica quatro variedades regionais do ponto de vista macro: a setentrional, com epicentro nas principais cidades do Norte da Itália, a central com base florentina, a central com base romana (também chamada de *romanesco*) e a variedade meridional, com epicentro em Nápoles. O autor aponta também duas micro-variedades, a sarda e a *umbro-marchigiana*.

Conclui-se que os italianos regionais seriam resultados dos substratos dialetais dos centros urbanos economicamente mais relevantes e culturalmente mais privilegiados, mas não necessariamente circunscritos pelas regiões administrativas italianas. Cada uma dessas variedades apresenta características que as distinguem umas das outras principalmente pela sua fonologia, mas também fenômenos de caráter lexical, morfológico e sintático representam importantes fatores distintivos entre as mesmas.

O esforço entre o *Settecento* e *Ottocento* de adotar o italiano como língua nacional obteve resultados satisfatórios, pois fez com que dialetófonos italianizassem fonologicamente termos de suas línguas de origem e passassem a flexioná-las de acordo com as regras do sistema desinencial italiano. Por tal motivo, inexitem nas variedades setentrionais regionalismos de caráter morfológico e, nas centro-meridionais, representam um número ínfimo de ocorrências (DE MAURO, 1970). O mesmo não se pode afirmar dos demais níveis de análise, dos quais se discutirá nos parágrafos seguintes.

### 5.1 - A variedade regional setentrional

Nas variedades setentrionais, do ponto de vista morfossintático, as características mais marcantes são, sem sombra de dúvidas: o uso do *passato prossimo* para indicar seja ações cronologicamente próximas, que para ações já remotas, ao passo que na centro-meridional se observa uma predileção pelo *passato remoto* nos mesmos contextos de uso mencionados (DE MAURO, 1970, p. 384); a ausência de artigo determinado antes de substantivos que nomeiam membros de uma família, seguindo o modelo francês (DE MAURO, 1970, p.384); o uso de pronomes oblíquos em substituição de pronomes pessoais sujeito (DE MAURO, P. 384), o uso de *mica* para reforçar uma negação, como em “*non fa mica freddo*” (SOBRERO, 2015) – em português, “*não está frio*” – e, por fim, a utilização tipicamente lombarda de preceder nomes próprios por artigo determinativo (SOBRERO, 2015).

Do ponto de vista fonético, alguns aspectos salientes são: a escassa distinção entre os timbres das vogais *e* e *o*, com uma inclinação a produzi-las fechadas na maior parte dos casos (DE MAURO,

1970, p. 379); as consoantes geminadas são ou reduzidas de intensidade, ou simplesmente produzidas como simples na variedade setentrional (DE MAURO, 1970, p. 379), e vocábulos que contém os sons *ts* ou *dz* tendem a ser produzidas com uma sibilante surda ou sonora (DE MAURO, 1970, p. 379).

A nível lexical, optamos pela seleção de vocábulos e expressões que nos pareceram mais interessantes, visto que a lista de regionalismos lexicais é interminável. Destacamos: *vera* para “*fede, anello matrimoniale*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 92), *terrina* para “*zuppiera*” ou *marmitta*, uso sobretudo milanês (RÜEGG, 1956/2016, p. 97), *tiretto* para “*cassetto*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 100), *trapunta* para “*il coltrone*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 100), *balera* para “*ballo pubblico all’aperto*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 105), *ometto* para “*gruccia*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 98), *sberle* para “*schiaffi*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 102), *paletò* para “*cappotto*” (SOBRERO, 2015), *anguria* para “*cocomero rosso*” (SOBRERO, 2015), *dessert*, uso milanês e torinês, para “*fin di pasto*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 97), *far ronròn*, uso torinês, para “*fare le fusa*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 100), *braghe* para “*calzoni*” (SOBRERO, 2015), *dopopranzo* para “*pomeriggio*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 104), *bigiare* para “*marinare la scuola*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 106), *pelare* para “*mondare le patate*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 97), *nascondersi* para “*giocare a rimpiattino*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 94), entre diversas outras.

## 5.2 – A variedade regional central toscana

Como mencionado anteriormente, raros são os casos de regionalismos morfológicos, e a Toscana concentra alguns desses. Substantivos terminados em *-e*, como *noce* ou *forbice*, por exemplo, são invariáveis no plural (DE MAURO, 1970, p. 389). Do ponto de vista morfossintático, formas como *me* e *te* são usadas em função de sujeito, como ocorre na variedade setentrional (SOBRERO, 2015); *si* e *se* são usadas em vez de *ci* e *ce*, na primeira pessoa do plural, como em “*Arrivammo senza accorgesene*” (DE MAURO, 1970, p. 390) e, por fim, formas verbais que inexitem no italiano *standard*, são características da variedade, como a substituição *-ano* por *-ono* na terceira pessoa do plural do presente do indicativo, *-ino* por *-ano* na terceira pessoa plural do subjuntivo presente e formas como *dasti* e *stassi* em vez de *desti* e *stessi* (DE MAURO, 1970, p. 390).

As suas características fonéticas mais relevantes são: a chamada *gorgia toscana*, isto é, um fenómeno que enfraquece a produção das consoantes oclusivas surdas, tornando-as fricativas quando se encontram em posição intervocálica, ou seja /p t k/ > [φ θ h/x], como *la casa* > [la'hasa] (SORIANELLO, 2010); a simplificação de ditongos *uo* em *o* (DE MAURO, 1970, p. 386) e, por fim, o *raddoppiamento sintattico*, um fenómeno de sândi que é identificado sobretudo nas variedades

centrais e na meridional, trata-se do aumento da duração de consoantes iniciais de vocábulos (MAROTTA, 2011) e que deram origem, inclusive, a muitas palavras hoje pertencentes ao italiano *standard*, como, por exemplo, *cosiddetto*, *eccome*, *sennò*, *sopracciglio*, *soprattutto*, *sopralluogo*, *contrattempo*, etc.

No que diz respeito ao campo lexical, a Toscana é, indubitavelmente, a região linguística mais particular da península. Sabendo que se trata do berço da língua italiana, pode-se supor, erroneamente, que a maior parte de seu vocabulário seja quase estreitamente correspondente àquele do italiano *standard* mas, assim como foi visto nos parágrafos anteriores, a variedade falada hoje na Toscana é uma daquelas que mais se afasta da norma-padrão da língua. Vejamos: *acquaio* para “*acquaio*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 97), *gota* para “*guancia*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 95), *anello* para “*ditale*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 101), *piattola* para “*blatta germanica*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 100), *amaro di sale* para “*troppo salato*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 97), *l'altr'anno* para “*anno passato*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 104), *appigionasi* para “*affittasi*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 99), *cantuccio* para “*primo o ultimo pezzo di pane*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 96), *chiasso* para “*vicolo*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 107), *cocomero* para “*cocomero*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 96), *crusca* para “*lentiggini*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 95), *infreddatura* para “*raffreddore*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 95), *embrice* para “*tegola piatta*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 99), *far forca* para “*marinare la scuola*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 106), *giubba* para “*giacca*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 98), *avere gli stomachini* ou *stomacucci* para “*essere schifiloso*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 93), *totò* ou *totto* para, no linguajar infantil, “*cane*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 93), *acchiappino* para “*giocare a rincorrersi*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 94), *sbucciare* para “*mondare le patate*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 97), *nascondino* para “*giocare a rimpiattino*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 94) e *cacio* para “*formaggio*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 96).

### 5.3 – A variedade regional central romana

No que diz respeito à morfossintaxe, a variedade romana muito se assemelha àquela meridional: por exemplo, é comum que, com verbos de opinião subjetiva, o modo indicativo seja adotado em vez do subjuntivo (DE MAURO, 1970, p. 394) e também que a preposição *a* seja usada no lugar de *in* como *stato in luogo*, inclusive com nomes de ruas, praças, etc (DE MAURO, 1970, pp. 394-5). Outras características são: o presente do indicativo em vez do futuro (DE MAURO, 1970, p. 394); o uso do imperfeito do subjuntivo com valor exortativo, como em “*facesse il suo dovere!*” (SOBRERO, 2015) – em português, “*fizesse a sua obrigação!*” – e, por fim, a utilização da construção *stare* + infinitivo (truncado), correspondente a *stare* + gerúndio, como em “*che stai a ffà?*” (SOBRERO, 2015) – em português, “*o que está fazendo?*” –.

Os aspectos fonéticos mais relevantes da variedade romana são, a nosso ver: a realização da africada simples /tʃ/ como fricativa /ʃ/ (DE MAURO, 1970, p. 390) e a produção da consoante lateral palatal /k/ como /j/ (DE MAURO, 1970, p. 391). Como na variante toscana, a consoante africada alveolar pode ser surda ou sonora, sem que haja mudança de significado, e há discriminação entre as vogais /ɛ/ e /e/, /ɔ/ e /o/, mas vale ressaltar não necessariamente a pronúncia de um mesmo vocábulo nas duas variedades vai coincidir (DE MAURO, 1970, p. 391).

Muitos comportamentos de origem *romanesca* já passaram ao status de *pan-italianos* – isto é, comum a todos os itálofonos, independentemente da variedade de italiano de referência – justamente por Roma ter ocupado, por muito tempo, lugar de destaque no mundo do cinema, na televisão e nas rádios italianas. Vale ressaltar que muitos desses usos foram projetados pela capital italiana, mas, na verdade, têm origem meridional (DE MAURO, 1970, pp. 184-5), o que demonstra a grande receptividade romana frente às demais variedades da península. Os termos e expressões selecionados foram: *(ac)chiapparella* para “*giocare a rincorrersi*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 94), *ammazzette* e *ammazzelo* para “*caspita*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 103), *arena* para “*cinema all’aperto*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 105), *burino* para “*persona incivile, zotica*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 103), *capare* para “*mondare le patate*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 97), *nascondarella* para “*giocare a rimpiattino*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 94), *segare* ou *far sega* para “*marinare la scuola*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 106), *sganassoni* para “*schiaffi*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 102), *coppino* para “*ramaiolo*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 97), *tirare una selciata* para “*tirare un sasso*” (RÜEGG, 1956/2016, p. 94), *fico* para “*molto bello, attraente*” (SOBRERO, 2015) e *una cifra* para “*molto*” (SOBRERO, 2015).

#### 5.4 – A variedade regional meridional

Em razão da grande heterogeneidade dos dialetos da Itália Meridional, tradicionalmente as variedades do italiano ali presentes são divididas em dois grupos que possuem características comuns: a variedade meridional e a variedade meridional extrema, que inclui o Salento, a Calábria centro-meridional e a Sicília (SOBRERO, 2015). Portanto, apresentaremos, nos parágrafos seguintes, características *pan-meridionais* e algumas peculiaridades da variedade extrema.

No diz respeito aos traços fonéticos, assim como os setentrionais, falantes das variedades meridionais tendem a contornar a escolha de timbre aberto ou fechado das vogais *e* e *o* mas, ao contrário de seus compatriotas, apresentam forte predileção pela sua produção aberta ou intermediária (DE MAURO, 1970, p. 397); as semivogais /j/ e /w/ são vocalizadas como, por exemplo, nos vocábulos /kuadro/ (em vez de /kwadro/) e /piano/ (em vez de /pjano/) (DE MAURO, 1970, p. 396);

as consoantes /b/ e /dʒ/, em posição intervocálica ou entre as consoantes /l/ ou /r/ são produzidas com maior intensidade; tendência a produzir a consoante africada dental em posição inicial como sonora, especialmente quando na variedade toscana são produzidas como surdas (DE MAURO, 1970, p. 395); a consoante /s/ tende a ser produzida como /ʃ/ em contexto antecônsonântico, como em [ˈʃta:re] e [ˈviʃpo], e depois de uma consoante nasal torna-se uma africada alveolar surda ou sonora, como em [penˈtsa:re] (DE MAURO, 1970, p.396) e, por fim, há uma tendência siciliana de produzir fonemas dentais como retroflexos (DE MAURO, 1970, p. 396).

Entre as características morfossintáticas *pan-meridionais*, destacamos: a mudança do gênero de vocábulos, como *la scatolo*, *la capo*, etc (SOBRERO, 2015); o uso, como na variedade central romana, do *passato remoto* em vez do *passato prossimo*, independentemente da distância cronológica do fato relatado (DE MAURO, 1970, p. 401); verbos que, tradicionalmente, na norma-padrão e nas variedades setentrionais, são intransitivos e não têm, portanto, um complemento direto, na variedade meridional são usados como transitivos, e assumem significado correspondente à expressão italiana “fare + verbo no infinitivo” como, por exemplo, *salire una cosa* (“far salire una cosa”), *scendere il paniere* (“far scendere il paniere”), etc (DE MAURO, 1970, pp. 400-1); como na variedade romana, costuma-se substituir o modo subjuntivo pelo indicativo (DE MAURO, 1970, p. 401); condicional e subjuntivo apresentam um uso variável e são intercambiáveis entre si, como nos pares “se direi, farei”, “se direi, facessi”, etc (DE MAURO, 1970, p.401); o complemento direto de nomes animados são precedidos de preposição *a* (DE MAURO, 1970, p. 400) e, por fim, o uso da segunda pessoa plural “Voi” como forma de cortesia, diferentemente da norma-padrão que opta pela terceira pessoa singular “Lei” (SOBRERO, 2015).

Por fim, a nível lexical, gostaríamos de destacar: *buttare* para “versare” (RÜEGG, 1956/2016, p. 96), *cacio* para “formaggio” (RÜEGG, 1956/2016, p. 96), *carnezzeria* para “macelleria” (SOBRERO, 2015), *compare* para “testimonio a un matrimonio” (RÜEGG, 1956/2016, p. 92), *compar(i)ello* para “figlioccio” (RÜEGG, 1956/2016, p. 92), *fare la cucina* para “rigovernare le stoviglie” (RÜEGG, 1956/2016, p. 97), *faticare* para “lavorare” (SOBRERO, 2015), *imparare* para “insegnare” (SOBRERO, 2015), *loca(si)* para “affittasi”, especialmente na Sicília (RÜEGG, 1956/2016, p. 99), *mellone d’acqua* para “cocomero” (RÜEGG, 1956/2016, p. 96), *mo’* para “adesso” (RÜEGG, 1956/2016, p. 104), *rione* para “quartiere” (RÜEGG, 1956/2016, p. 107), *blatta* para “blatta germanica” (RÜEGG, 1956/2016, p. 100), *imparare* para “insegnare” (SOBRERO, 2015), *tenere* para “avere” (SOBRERO, 2015), *volere* + particípio passado para “volere/dovere essere + particípio passado” como em “*il pesce vuol cotto bene*” (TRABALZA, 1917, apud DE MAURO, 1970, p. 400), *pure* como sinônimo de “anche”, uso típico salentino (SOBRERO, 2015), *far Sicilia* expressão meridional para “marinare la scuola” (RÜEGG, 1956/2016, p. 106), *sbucciare* para “mondare le patate” (RÜEGG, 1956/2016, p. 97) e, por fim, *nascondersi* para “giocare a rimpiattino”

(RÜEGG, 1956/2016, p. 94).

### 5.5 – A variedade regional sarda

A variedade sarda é sempre indicada pelos linguistas como uma realidade linguística com características próprias e muito peculiares (DARDANO e TRIFONE, 1995), o que impossibilita que seja enquadrada em qualquer uma das quatro macro-variedades apresentadas. Por tal motivo, elencaremos alguns de seus aspectos no parágrafo seguinte.

Foneticamente, as consoantes oclusivas surdas intervocálicas e as consoantes africadas são realizadas como médias (DE MAURO, 1970, p. 402). Do ponto de vista morfossintático, vale destacar: a mudança da posição verbal para o final da sentença, especialmente em frases interrogativas como, por exemplo, “*pronto sei?*” (SOBRERO, 2015); usa-se o verbo *essere* em vez do verbo *stare* com o gerúndio para indicar uma ação em curso como, por exemplo, *sono scrivendo* (“sto scrivendo”), *è preparando* (“sto preparando”) (DE AMICIS, 1905, apud DE MAURO, 1970, p. 402), *sono mangiando* (“sto mangiando”) (SOBRERO, 2015), etc, e, finalmente, o gerúndio é usado até mesmo quando o sujeito das duas frases não é o mesmo, com função de participio presente ou de completiva relativa, como em “*l’ho visto correndo*” (correspondente a “*l’ho visto che correva*”) (SOBRERO, 2015). Enfim, no que diz respeito ao léxico, ressaltamos: *alzare* para “*salire*” (DE AMICIS, 1905, e ROMANI, 1887, apud DE MAURO, 1970, p. 402), *assai ora* para “*molto tempo*” (DE AMICIS, 1905, apud DE MAURO, 1970, p. 402), *cattivo* para “*malato*” (DE AMICIS, 1905, apud DE MAURO, 1970, p. 402), *entrare* para “*mettere dentro*” (DE AMICIS, 1905, apud DE MAURO, 1970, p. 402), *ora* para “*tempo*” (DE AMICIS, 1905, apud DE MAURO, 1970, p. 402), *aiò* para “*andiamo!*” (SOBRERO, 2015), *in continente* para “*nella penisola italiana*” (SOBRERO, 2015), *sera* para “*parte della giornata compresa fra il pranzo e la cena*” (SOBRERO, 2015), *notte* para “*parte della giornata successiva alla cena*” (SOBRERO, 2015) e *cercare* para “*dare fastidio*” (SOBRERO, 2015).

## 7 – CONCLUSÃO

Nesta monografia, traçamos e analisamos como o contexto histórico contribuiu para a constituição do florentino, dialeto proveniente da Toscana, como língua nacional. Florença era o centro cultural no *Trecento*, e sua língua apresentava um raio de projeção maior do que as demais da península, por ter passado a ser largamente utilizada e compartilhada pela elite e por literatos, após Dante, Petrarca e Boccaccio terem escrito suas célebres obras no dialeto florentino. No século XIX, o *Risorgimento* viria a culminar na unificação política do território, mas a unificação linguística só acontecerá anos mais tarde, com uma forte ação da escola e o combate à evasão escolar, sobretudo por medidas tomadas pelo então primeiro-ministro italiano Giovanni Giolitti.

Contudo, como foi discutido, as escolas careciam de recursos, boas estruturas físicas e professores com uma sólida formação; muitos deles nem sequer dominavam o italiano. Logo, o processo de escolarização, por si só, não teria sido suficiente para a alfabetização e difusão da língua escolhida como nacional. Outros fatores, tão relevantes quanto, foram cruciais para que o italiano obtivesse um maior alcance. Entre os quais, a industrialização, que não só introduziu novos termos, até então inexistentes, ao italiano, como também fez com que muitos jovens saíssem de suas pequenas cidades e migrassem para as grandes metrópoles (sobretudo do Norte) e estimulasse, assim como o fez a obrigatoriedade do alistamento militar, o contato com realidades linguísticas até então desconhecidas, com matrizes dialetais diferentes, fomentando a necessidade de se utilizar do italiano como instrumento de comunicação social. Mas os fatores mais abrangentes e eficazes foram, indubitavelmente, o cinema e, sobretudo entre a população mais pobre, os meios de comunicação de massa audiovisuais, tal como a TV e a rádio, que serviram como modelo linguístico para milhares de italianos e possibilitaram a criação de círculos de agregação social, já que poucos podiam dispor de recursos para a compra desses eletrodomésticos.

O cenário histórico brevemente retomado no parágrafo anterior levou a um processo chamado pelos linguistas de *italianização dos dialetos*, que se trata substancialmente, como sugere o nome, da interferência do italiano sob os demais idiomas nacionais, alterando suas estruturas em todos os níveis de análise. Foi importante citarmos esse fenômeno pois o mesmo deu origem aos italianos regionais, que são frutos do contato linguístico entre os dialetos regionais e o italiano.

Para a melhor compreensão do conceito de italiano regional, ancoramo-nos nos conceitos de Berruto (2012) de italiano *standard* e italiano *neo-standard* que, em linhas gerais, definia o primeiro como um modelo de língua substancialmente literário, marcado, em parte, diatopicamente, por ter como base o dialeto florentino do *Trecento*, mas, ainda assim, abstrato e não falado efetivamente por

nenhum italo-fôno; já o segundo, por sua vez, é a norma-padrão vigente em cada região, que tem como referência falantes mediantemente cultos. A relevância de estabelecer o conceito de norma-padrão está no fato que, sem saber os seus limites, faltariam dados para definir o que é um regionalismo e o que, ao contrário, é um desvio desse padrão.

Por fim, avançamos na análise proposta apresentando, no último capítulo, algumas particularidades e caracterizamos cada uma das macro-variedades regionais, segundo aspectos morfossintáticos, fonéticos e lexicais. Os exemplos do nosso corpus foram retirados de De Mauro (1970), da enciclopédia *Treccani* e, especificamente para determinação de regionalismos lexicais, respaldamo-nos na pesquisa de Rüegg (1956/2016), na qual o linguista suíço submete uma lista de 242 conceitos comuns e largamente usados no italiano falado a mais de 100 italo-fônos, pedindo que indicassem os sinônimos conhecidos e utilizados em sua comunicação quotidiana.

Dos dados levantados, as características que mais saltam aos olhos das variedades regionais são, ao lado dos aspectos fonéticos, a grande quantidade de regionalismos lexicais. Por exemplo, interessante é o fato que, para a expressão do italiano padrão “*marinare la scuola*”, haja uma correspondência diferente em cada uma das macro-variedades: como se viu, diz-se *bigiare* na setentrional, *far forza* na toscana, *far sega* na romana e *far Sicilia* no Meridiano. Logo, pode-se concluir que a fonética e o léxico são duas das particularidades mais marcantes e distintivas entre as variedades já que, como foi discutido, a *italianização dos dialetos* fez com que surgissem poucos regionalismos sobretudo de caráter morfológico, mas também de natureza sintática.

Assim, a partir da pesquisa aqui realizada, compreende-se que o contato linguístico do italiano com os demais dialetos da península lhe consentiu de adquirir a vivacidade que lhe faltava no momento da unificação, que fez com que Manzoni o chamasse de *língua morta*. Hoje, os italianos regionais são fruto da História de uma Itália fragmentada linguisticamente, mas capaz de transformar uma língua *piovuta dall’alto* – isto é, que foi imposta à população que não a utilizava nas comunicações primárias, *caída do céu* – na expressão verbal de suas origens. Damo-nos a liberdade de adaptar um famoso provérbio da língua italiana<sup>11</sup> e concluir esta monografia dizendo que “*l’italiano è bello perché è vario*” (em português, “*o italiano é belo porque é heterogêneo*”).

---

11 O provérbio em questão é “*Il mondo è bello perché è vario*”, em português, “*O mundo é belo porque é heterogêneo*”.

## 8 – REFERÊNCIAS

ASCOLI, Graziadio Isaia. *Scritti sulla questione della lingua, a cura di Corrado Grassi*. Torino: Einaudi, 1975.

BERRUTO, Gaetano. *Sociolinguistica dell'italiano contemporaneo*. Roma: Carocci, 2012.

CASTELLANI, Arrigo C. *Nuovi saggi di linguistica e filologia italiana e romanza (1976-2004), a cura di Valeria Della Valle, Giovanna Frosini, Paola Manni e Luca Serianni*. Roma: Salerno, 2010.

BONOMI, Ilaria; MORGANA, Silvia (a cura di). *La lingua italiana e i mass media*. Roma, Carocci: 2016.

CANEPARI, Luciano. Italiano standard e pronunce regionali. Pavova: CLEUP, Cooperativa libraria editrice degli studenti dell'Università di Padova, 1980.

DARDANO, M. e TRIFONE, P. *Grammatica italiana - con nozioni di linguistica*. Bologna: Zanichelli, 1995.

DE MAURO, Tullio. *Storia linguistica dell'Italia unita*. Roma: Laterza, 1970.

LEPSCHY, Giulio; LEPSCHY, Anna Paula. *The Italian language today*. Londres: Psychology Press, 1992.

MIGLIORINI, Bruno. *Storia della língua italiana*. Milano: Bombiani, 1970.

MONTANELLI, Indro; GERVASO, Roberto. *L'Italia dei comuni: il medio evo dal 1000 al 1250*. Milano: BUR Biblioteca Univ. Rizzoli, 2010.

RÜEGG, Robert. *Sulla geografia dell'italiano parlato*. Bellinzona: Osservatorio linguistico della Svizzera italiana, 1956/2016.

SABATINI, Francesco. *L'italiano dell'uso medio: una realtà tra le varietà linguistiche italiane*. In: HOLTUS, G.; RADTKE, E. (orgs.), *Gesprochenes Italienisch in Geschichte und Gegenwart*. Tuebingen: Narr, 1985.

SMITH, Denis Mack, *Storia d'Italia*. Bari: Laterza, 1997.

SOBRERO, Alberto A.; MIGLIETTA, Annarita. *Introduzione alla linguistica italiana*. Roma-Bari: Laterza, 2006.

## SITES CONSULTADOS

BERRUTO, Gaetano. Varietà. In: Enciclopedia dell'italiano (2011). Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/variet%C3%A0\\_Enciclopedia-dell%27Italiano%29](http://www.treccani.it/enciclopedia/variet%C3%A0_Enciclopedia-dell%27Italiano%29), acesso em 20/12/2019.

MARASCHIO, Nicoletta. Radio e língua. In: Enciclopedia dell'italiano (2011). Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/radio-e-lingua\\_\(Enciclopedia-dell'Italiano\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/radio-e-lingua_(Enciclopedia-dell'Italiano)/), acesso em 12/12/2019.

MAROTTA, Giovanna. Raddoppiamento sintattico. In: Enciclopedia dell'italiano (2011). Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/raddoppiamento-sintattico\\_\(Enciclopedia-dell'Italiano\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/raddoppiamento-sintattico_(Enciclopedia-dell'Italiano)/),

accesso em 14/12/2019.

MORGANA, Silvia. Manzoni, Alessandro. In: Enciclopedia dell'italiano (2011). Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/alessandro-manzoni\\_\(Enciclopedia-dell'Italiano\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/alessandro-manzoni_(Enciclopedia-dell'Italiano)/), acesso em 12/12/2019.

RICCA, Davide. Italianizzazione dei dialetti. In: Enciclopedia dell'italiano (2010). Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/italianizzazione-dei-dialetti\\_\(Enciclopedia-dell'Italiano\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/italianizzazione-dei-dialetti_(Enciclopedia-dell'Italiano)/), acesso em 20/12/2019.

ROSSI, Fabio. Cinema e lingua. In: Enciclopedia dell'italiano (2010). Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/cinema-e-lingua\\_%28Enciclopedia-dell%27Italiano%29/](http://www.treccani.it/enciclopedia/cinema-e-lingua_%28Enciclopedia-dell%27Italiano%29/), acesso em 05/01/2020.

\_\_\_\_\_. Televisione e lingua. In: Enciclopedia dell'italiano (2011). Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/televisione-e-lingua\\_\(Enciclopedia-dell'Italiano\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/televisione-e-lingua_(Enciclopedia-dell'Italiano)/), acesso em 05/01/2020.

SARANI, Teresa Poggi. Italiano regionale. In: Enciclopedia dell'italiano (2010). Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/italiano-regionale\\_\(Enciclopedia-dell'Italiano\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/italiano-regionale_(Enciclopedia-dell'Italiano)/), acesso em 20/12/2019.

SOBRERO, Alberto A.. L'italiano nelle regioni. In: L'Italia e le sue Regioni (2015). Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/l-italiano-nelle-regioni\\_%28L%27Italia-e-le-sue-Regioni%29/](http://www.treccani.it/enciclopedia/l-italiano-nelle-regioni_%28L%27Italia-e-le-sue-Regioni%29/), acesso em 14/12/2019.

SORIANELLO, Patrizia. Gorgia toscana. In: Enciclopedia dell'italiano (2010). Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/gorgia-toscana\\_\(Enciclopedia-dell'Italiano\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/gorgia-toscana_(Enciclopedia-dell'Italiano)/), acesso em 14/12/2019.

TRIFONE, Pietro. Italiano e dialetto dal 1861 a oggi. In: Magazine Lingua Italiana (2011). Disponível em: [http://www.treccani.it/magazine/lingua\\_italiana/speciali/italiano\\_dialetti/Trifone.html](http://www.treccani.it/magazine/lingua_italiana/speciali/italiano_dialetti/Trifone.html), acesso em 14/12/2019.